

GÊNERO TEXTUAL E/OU DISCURSIVO NO LIVRO DIDÁTICO: PRETEXTO PARA O ENSINO DE GRAMÁTICA?

Prof^a M^a. Sandra Aparecida Lima Silveira Fariasⁱ (UNEB)

Prof^a M^a. Solange Montalvão de Oliveiraⁱⁱ (UNEB)

Resumo:

As discussões sobre os gêneros textuais e/ou discursivos tiveram maior repercussão no âmbito educacional depois que esses gêneros foram abordados nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – como um importante meio de contribuição para o desenvolvimento da competência comunicativa do discente e uma forma de tornar o ensino da língua portuguesa mais significativo. Assim, o estudo aqui proposto tem por objetivo analisar de que forma os gêneros textuais e/ou discursivos são abordados em uma coleção de livros didáticos de Língua Portuguesa para o Ensino Médio e de que maneira essa abordagem se relaciona com o ensino da língua materna. Para tanto, serão discutidos os conceitos de gênero textual e gênero discursivo apresentados pelos autores da referida coleção, observando se as atividades de análise linguística propostas estão condizentes com esses conceitos. Este estudo é de cunho qualitativo e embasou-se em autores com pesquisas de grande relevância na temática em questão, como: Bakhtin, Marcuschi, Rojo, Rodrigues, Fiorin, Motta-Roth, Koch e Elias, dentre outros. O corpus dessa pesquisa constituiu-se da coleção Português: linguagens, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães (2010), publicada pela editora Saraiva, aprovada pelo PNLD de 2012. Foi possível observar que essa coleção, de modo geral, apresenta uma notável diversidade de gêneros e, no que se refere ao enfoque de gêneros específicos, possui ainda atividades que buscam explorar a funcionalidade e o contexto de produção desses. No entanto, observou-se também aspectos a serem melhorados, dentre eles, o fato de alguns gêneros textuais aparecerem na coleção como simples pretextos para se trabalhar elementos gramaticais.

Palavras-chave: Gêneros textuais, Gêneros discursivos, Livro didático, Análise linguística.

1 Introdução

Há muito que o ensino de língua portuguesa como língua materna tem buscado fugir das amarras de um ensino centrado na gramática o qual parte de uma infinidade de regras que reforçam a dicotomia do “certo” e do “errado” no que diz respeito aos usos da língua. Esse ensino, desse modo, tende a desconsiderar a linguagem, fator preponderante na interação entre os indivíduos.

O estímulo ao uso da linguagem oportunizará ao aluno atuar no seu meio nas mais variadas situações comunicativas, de forma que ele possa empregar adequadamente essa linguagem para resolver questões, transmitir e adquirir conhecimentos, opinar, questionar, concordar, discordar, tomar decisões, dentre outras ações que são concretizadas por meio do texto.

O trabalho com o texto, portanto, não deve ser deixado em segundo plano em detrimento do ensino da gramática, mesmo porque esta fora daquele se torna descontextualizada. Por outro lado, quando esse ensino usa o texto somente como pretexto para trabalhar as regras gramaticais, o aluno passa a conceber a língua materna como algo de difícil aprendizagem.

Para que isso não ocorra, acreditamos que o ensino de língua materna deva desenvolver-se na perspectiva dos gêneros textuais e/ou discursivos, de modo que estes se tornem elementos norteadores de todo o processo de aprendizagem do aluno. Assim, por meio do contato com textos de variados gêneros que circulam socialmente, o aluno terá maior oportunidade de compreender a função que cada um desempenha e, conseqüentemente, a importância que o uso da língua representa na construção desses gêneros.

Portanto, neste trabalho, procuraremos abordar alguns aspectos que consideramos relevantes no ensino-aprendizagem de língua materna, destacando a necessidade de inserir o estudo dos gêneros textuais, não somente como instrumentos de leitura e de escrita, mas como fatores que constituem a essência da linguagem.

Além disso, faremos uma breve análise de uma coleção de livros didáticos para o Ensino Médio, denominada **Português: linguagens**, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães (2010), publicada pela editora Saraiva, aprovada pelo PNLD de 2012, acerca da abordagem que os gêneros textuais recebem nessa coleção.

Por entender que o livro didático é um dos principais recursos utilizados pelo professor em suas aulas e, que, conseqüentemente, tem o poder de (des)orientar o trabalho docente, reforçamos a importância de se fazer um estudo deste material, antes de adotá-lo, a fim de que este possa contribuir para um ensino de língua materna mais significativo.

2 Gênero textual e/ou discursivo

Quando se fala em gênero discursivo, inevitavelmente, somos levados a pensar no conceito de gênero apresentado por Bakhtin:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional.[...] Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 2003, p. 261-262).

Aqui recorremos a esse conceito não por considerar Bakhtin como o precursor nesse estudo, pois como nos alertam alguns autores o termo *gênero discursivo* já era usado desde a antiguidade. A exemplo, temos Rojo (2008) que nos lembra da herança aristotélica e da influência desta para o conceito de gênero e Faraco (2001) que traz o seguinte comentário:

[...] primeiramente, embora com coincidências e apesar da anterioridade das formulações de Bakhtin, os estudos ocidentais não partiram de Bakhtin e, em segundo lugar, posteriormente, quando entram em contato com as concepções do Círculo, estas entram não como “curiosidade histórica”, mas como um “problematizador dos caminhos trilhados”, apresentando-se o autor como um interlocutor produtivo e atual. (FARACO, 2001 *apud* RODRIGUES, 2005, p. 152-153).

Porém, é importante ressaltarmos que, embora Bakhtin não seja o precursor do uso do termo gênero do discurso, é impossível negar a importância dos seus estudos para a noção de gênero que hoje é veiculada nos estudos relacionados ao texto. Quando não encontramos a citação do conceito de Bakhtin é comum encontrarmos termos relacionados a esse conceito e, muitas vezes, até encontramos esses termos em contextos que partem do conceito de gênero discursivo e o mesclam com o de gênero textual.

Mas afinal, se os textos e/ou discursos circulam através de gêneros, por que então o uso de termos distintos como gênero do discurso ou gênero discursivo e gênero textual?

Para alguns autores essa distinção não é tão relevante, isso se dá devido a uma tendência de se conceber o gênero como um artefato textual-discursivo, sendo analisado tanto em seu aspecto organizacional interno como em seu funcionamento sociointerativo. A exemplo, temos Marcuschi (2008) que em uma nota de rodapé justifica o uso do termo escolhido por ele:

Não vamos discutir aqui se é mais pertinente a expressão “gênero textual” ou a expressão “gênero discursivo” ou “gênero do discurso”. Vamos adotar a posição de

que todas essas expressões podem ser usadas intercambialmente, salvo naqueles momentos em que se pretende, de modo explícito e claro, identificar algum fenômeno específico. (MARCUSCHI, 2008, p. 154).

Em outro momento, o autor acrescenta:

A tendência é ver o texto no plano das formas linguísticas e de sua organização, ao passo que o discurso seria o plano do funcionamento enunciativo, o plano da enunciação e efeitos de sentido na sua circulação sociointerativa e discursiva envolvendo outros aspectos. [...] São muito mais duas maneiras complementares de enfocar a produção linguística em funcionamento. (MARCUSCHI 2008, p. 58).

Dessa forma, percebemos uma concepção de gênero levando em conta seus aspectos textuais e discursivos, optando pelo uso do termo gênero textual sem diferenciá-lo do termo gênero discursivo.

No entanto, encontramos outros autores que não concebem a distinção entre os termos gênero discursivo e gênero textual como uma questão apenas de terminologia. Para esses autores, a diferença encontra-se, sobretudo, no aspecto conceitual. Ao fazer um estudo acerca dos trabalhos sobre gêneros de texto e gêneros do discurso realizados no Brasil, no período de 1995 a 2000, Rojo apresenta a seguinte observação:

[...] constatamos que podíamos dividir esses trabalhos em duas vertentes metateoricamente diferentes – que, daqui por diante, denominarei teoria de gêneros do discurso ou discursivos e teoria de gêneros de texto ou textuais. Ambas as vertentes encontravam-se enraizadas em diferentes releituras da herança bakhtiniana, sendo que a primeira – teoria dos gêneros do discurso – centrava-se sobretudo no estudo das situações de produção dos enunciados ou textos e em seus aspectos sócio-históricos e a segunda – teoria dos gêneros de textos –, na descrição da materialidade textual. (ROJO, 2005, p. 185).

Rojo (2005) comenta o fato de que as duas vertentes recorrem à herança bakhtiniana, porém com diferentes releituras. Ela ainda aponta algumas diferenças em relação a essas duas teorias. Para ela, a teoria dos gêneros do discurso pode ser sintetizada, tendo como foco os seguintes aspectos:

Dito de outra maneira, aqueles que adotam a perspectiva dos gêneros do discurso partirão sempre de uma análise em detalhe dos aspectos sócio-históricos da situação enunciativa, privilegiando, sobretudo, a vontade enunciativa do locutor – isto é, sua finalidade, mas também e principalmente sua apreciação valorativa sobre seu(s) interlocutor(es) e tema(s) discursivos –, e, a partir desta análise, buscarão as marcas linguísticas (formas do texto/enunciado e da língua – composição e estilo) que refletem, no enunciado/texto, esses aspectos da situação. [...] Assim, talvez o analista possa chegar a certas regularidades do gênero, mas estas serão devidas não às formas fixas da língua, mas às regularidades e similaridades das relações sociais numa esfera de comunicação específica. (ROJO, 2005, p. 199).

E a teoria dos gêneros textuais pode ser descrita com base em quatro características principais:

- todas se aproximam de uma definição wittgensteiniana de gênero como família de textos, sendo que famílias podem ser reconhecidas por similaridades (no dizer de Wittgenstein, por formatos). Essas similaridades podem se dar no nível do texto (e aqui, faz-se referência às formas do texto – textuais/ de composição; linguísticas/ de estilo – ou do contexto ou situação/ condição de produção – e aqui, faz-se referência a função, finalidade ou critérios pragmáticos/utilitários);
- todas buscam compatibilizar análises textuais/ da textualidade com as descrições de (textos em) gêneros, seja por meio de sequências e operações textuais (Adam, Marcuschi), seja por meio dos tipos de discurso (Bronckart);
- todas remetem a uma certa leitura pragmática ou funcional do contexto/situação de produção; e, finalmente,

- todas mencionam a obra de e estabelecem uma aproximação – não isenta de repulsão e, logo, polifônica – com o discurso bakhtiniano. (ROJO, 2005, p. 192- 193).

Nesse sentido, apesar das duas vertentes apresentarem como ponto em comum a referência à herança bakhtiniana, diferenciam-se em relação ao foco desenvolvido por cada uma. A questão sobre qual deve ser o foco ao se analisar um gênero é de suma importância e vale lembrar que não é uma discussão nova. Um dos maiores problemas, porém, vai além da escolha da terminologia mais adequada ou das categorizações usadas pelos diversos autores, reside no fato dessas definições não nos ajudarem a compreender como os gêneros funcionam. Essa falta de conhecimento traz diversas consequências, dentre elas, o equívoco no que se refere ao uso do termo gênero textual e/ou discursivo e de outros conceitos.

Com base nessas observações, queremos ressaltar que neste estudo os termos gênero textual e gênero discursivo não serão usados como sinônimos, levando-se em consideração todas as peculiaridades envolvidas em cada conceito. Entretanto, optamos pelo termo gênero textual, tendo em vista que o objetivo dessa pesquisa é a análise desses gêneros em uma coleção de livros didáticos e que esses livros não têm por meta principal a relação entre os gêneros e outros conceitos bakhtinianos.

3 Gênero textual e o livro didático

Um aspecto que merece nossa atenção é a influência que os gêneros textuais exercem sobre os livros didáticos. Essa influência se tornou bem mais evidente depois que os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (BRASIL, 2000) divulgaram os gêneros textuais como um importante meio de contribuição para o desenvolvimento da competência comunicativa do discente e uma forma de tornar o ensino de língua portuguesa mais significativo. Assim, ao se analisar um livro didático atual, comparando-o com outro anterior aos PCN (BRASIL, 2000), é possível perceber mudanças expressivas em relação ao estudo do texto com foco nos gêneros textuais bem como um aumento considerável no número de gêneros apresentados para se trabalhar até mesmo aspectos gramaticais.

Essas mudanças podem ser apontadas como um ganho no ensino da língua portuguesa. Porém, ao analisarmos mais detalhadamente a relação entre os gêneros textuais e o livro didático, é imprescindível nos atentarmos para alguns aspectos. Como bem nos alerta Fiorin:

Depois que os Parâmetros Curriculares Nacionais estabeleceram que o ensino de Português fosse feito com base nos gêneros, apareceram muitos livros didáticos que vêem o gênero como um conjunto de propriedades formais a que o texto deve obedecer. O gênero é, assim, um produto, e seu ensino torna-se, então, normativo. (FIORIN, 2006, p. 60).

Nesse sentido, Dell'Isola também comenta:

Alertamos para o perigo de se categorizar os gêneros, partindo-se de uma mentalidade normativa, reguladora, em que os textos são simplesmente rotulados e, daí para frente, ensinam-se formas engessadas como se houvesse uma configuração rígida para cada gênero textual. (DELL'ISOLA, 2007, p. 20).

Desse modo, precisamos nos atentar para o fato de como os gêneros textuais são trabalhados no livro didático, tendo em vista a importância desses dois elementos para o ensino da língua portuguesa. Como nos lembra Marcuschi:

Salvo engano ou alguma mudança radical nos modelos de ensino existentes hoje, parece legítimo supor que mesmo numa época marcada pela comunicação eletrônica e pela entrada de novas tecnologias, o material didático continuará sendo uma peça importante no ensino. Pouco importa se na forma atual do livro ou se no formato de um compact disc ou então se um site na Internet. Assim, mais do que

contestar a existência do livro didático, trata-se de ver como anda hoje em dia e como poderia ser se o quiséssemos ainda melhor. (MARCUSCHI, 2003, p. 48).

Assim, se quisermos saber como o livro didático poderia ser ainda melhor, precisamos analisá-lo em seus vários aspectos. Como diz Soares (1996), muitos olhares podem ser lançados: o olhar político, o olhar econômico e o olhar pedagógico. Neste estudo, porém, em função do nosso foco que é o gênero textual e o ensino de gramática, buscaremos analisar o livro didático com uma tendência para o olhar pedagógico.

4 Análise

Nesta coleção, algo que nos chama a atenção diz respeito não só à quantidade como também à variedade de gêneros que nos é apresentada. Esse é um aspecto positivo, pois quanto maior o contato do indivíduo com a diversidade de gêneros textuais, maiores serão as possibilidades do seu uso nas situações concretas do dia a dia.

No entanto, quantidade e variedade nem sempre representam qualidade. Precisamos analisar como esses gêneros são apresentados e explorados. E para fazermos essa análise, sentimos necessidade de partir do conceito de gênero textual abordado pelos autores desta coleção, por conceber que este pode estar relacionado à maneira de como os gêneros são trabalhados.

No **Manual do Professor**, encontramos o seguinte comentário apresentado pelos autores:

[...] esta edição adota para o ensino-aprendizagem de produção de texto a perspectiva de trabalho centrada nos gêneros textuais ou discursivos, sem deixar de lado alguns aspectos relacionados com a tipologia textual, tais como a descrição a serviço de vários gêneros, o ponto de vista narrativo a serviço de gêneros narrativos ficcionais, as técnicas de argumentação e de contra-argumentação a serviço dos gêneros argumentativos, e assim por diante. (CEREJA; MAGALHÃES [Manual do professor], 2010, p. 10).

Podemos observar nesse comentário dois aspectos interessantes. Em um primeiro momento, os termos gêneros textuais e gêneros discursivos são usados como sinônimos sem que nenhuma observação seja feita em relação a esse ponto. Essa é uma tendência comum quando não se atenta para um estudo mais detalhado sobre os aspectos teóricos, embora, nesta coleção, os autores afirmem se fundamentar no conceito de Bakhtin:

Segundo Bakhtin, todos os textos que produzimos, orais ou escritos, apresentam um conjunto de características relativamente estáveis, tenhamos ou não consciência delas. Essas características configuram diferentes textos ou gêneros textuais ou discursivos, que podem ser caracterizados por três aspectos básicos coexistentes: o tema, o modo composicional (a estrutura) e o estilo (usos específicos da língua). (CEREJA; MAGALHÃES [Manual do professor], 2010, p. 11).

Algumas informações apresentadas nessa citação nos remontam à herança bakhtiniana, como por exemplo, o uso da expressão **relativamente estáveis** e a menção dos três aspectos básicos apresentados por Bakhtin: tema, modo composicional e estilo. Porém, como dito antes, os autores fazem uso dos termos gêneros textuais e gêneros discursivos como sinônimos, algo que não se pode atribuir a Bakhtin.

O segundo aspecto que merece nossa atenção é que os autores apesar de fazerem a distinção entre os termos gêneros textuais e tipologia textual, ao exemplificar, usam expressões como gêneros narrativos e gêneros argumentativos ao invés de tipos narrativos e tipos argumentativos, o que pode levar o leitor a pensar que essa distinção não existe. Esse equívoco é reforçado por outro comentário presente no manual:

O ensino de produção de texto feito por essa perspectiva não despreza os tipos textuais tradicionalmente trabalhados em curso de redação – a narração, a descrição e a dissertação. Ao contrário, incorpora-os numa perspectiva mais ampla, a da variedade de gêneros. Por exemplo: Quais são os gêneros narrativos? Em que

gêneros a descrição – tratada aqui como recurso ou técnica – é utilizada? Qual a diferença entre dissertar e argumentar? Quais são os gêneros argumentativos?. (CEREJA; MAGALHÃES [Manual do professor], 2005, p. 11).

Esse é um aspecto recorrente que pode ser constatado na análise da coleção como um todo. Por exemplo, no Capítulo 2, Unidade 1, do Volume I, intitulado **Introdução aos gêneros do discurso**, inclusive, é discutido o conceito de gênero textual, mas sem compará-lo ao conceito de tipos ou, ao menos, mencionar os tipos textuais.

Logo no início do referido capítulo, percebemos que os autores apresentam alguns questionamentos importantes acerca do conceito de texto, sua função e as diferenças existentes entre textos, entretanto tais questionamentos não são esclarecidos ao longo deste e dos demais capítulos.

Embora nesse mesmo capítulo sejam desenvolvidas atividades que poderiam possibilitar ao professor e ao aluno discutirem acerca do conceito de tipo textual, estabelecendo diferenças entre este conceito e o de gênero textual, isso não ocorre. Em seguida, os autores apresentam o subtítulo **O que é gênero textual?**, trazendo sua definição.

Ainda, em relação ao Capítulo 2, algo que deve ser mencionado diz respeito ao tópico **Os gêneros literários**, que aparece logo depois do subtítulo **O que é um gênero textual?**. Essa apresentação em que os gêneros textuais são abordados em um mesmo contexto que os gêneros literários, sem que nenhuma observação seja feita em relação ao foco de estudo, pode se tornar muito mais confusa do que esclarecedora.

E o que dizer da abordagem dos gêneros textuais nessa coleção?

No que se refere aos gêneros trabalhados na seção **Produção de texto**, a qual se subdivide em duas partes principais, sendo que a primeira analisa as diversas características pertencentes ao gênero em estudo e a segunda se destina à produção do gênero, podemos dizer que o trabalho com os gêneros se mostra significativo. As características desses gêneros são detalhadas e exemplificadas e as propostas de atividades buscam explorar a criatividade do aluno, tornando-as mais interessantes.

Uma proposta de atividade que podemos destacar é o projeto **Os focas (II)** (Volume 2, p. 409), no qual os alunos deverão planejar e produzir um jornal impresso, usando os textos que foram produzidos ao longo de outras atividades envolvendo os diversos gêneros da esfera jornalística.

Outro aspecto a ser mencionado em relação à coleção é o fato de contemplar, mesmo que de forma restrita, os gêneros orais, como o seminário (Cap. 8, Unidade 3, V. 1), o debate regrado público (Cap. 2, Unidade 4, V. 1 e Cap. 2, Unid. 3, V. 3) e a mesa-redonda (Capítulo 8, Unidade 1, Volume 2). Esses gêneros são explorados de forma sistemática, sendo que os autores procuram transmitir várias instruções que envolvem desde o planejamento até a avaliação dos gêneros.

Quanto à relação entre os gêneros textuais e o ensino de gramática, é possível perceber que, no **Manual do Professor**, os autores dessa coleção têm por objetivo apresentar mudanças no trabalho com os gêneros textuais e o ensino de gramática:

Em última instância, esse trabalho objetiva desenvolver no aluno a capacidade de ler/ver o texto pela perspectiva da língua. E o texto, nesse caso, em hipótese alguma é apenas um pretexto para o reconhecimento de categorias gramaticais; ao contrário, passa a ser visto como um todo significativo, em cuja construção determinada categoria assume papel vital. (CEREJA; MAGALHÃES [Manual do professor], 2010, p. 27)

Porém, esses autores, citando Franchi, Negrão e Müller (2006), fazem a seguinte ressalva:

Não precisamos, logo de início, abandonar tudo o que aprendemos a respeito da gramática. No trabalho de avaliação da chamada ‘gramática tradicional’ alguns dados parecerão resultantes de uma excelente intuição sobre o sistema da língua e a estrutura sintática de muitas expressões. Outras terão de ser corrigidas, entendidas ou melhor delimitadas. (CEREJA; MAGALHÃES [Manual do professor], 2010, p.19).

Entendemos, no entanto, que essa ressalva não significa uma justificativa por parte dos autores para a continuidade de um ensino de gramática descontextualizado, antes, percebemos como uma forma consciente de buscar um equilíbrio. Essa busca de equilíbrio pode ser constada na coleção como um todo. É possível encontrarmos atividades que apesar de explorarem aspectos ‘mecânicos’ da gramática normativa, buscam mesclar essas atividades com enunciados que abordam a construção de sentidos, como podemos observar no Volume 1, páginas 196, 217, 293; no Volume 2, páginas 69, 71, 91 e no Volume 3, páginas 83, 159-160, 185, 206, dentre outras ocorrências.

Porém, podemos acrescentar que ainda existe espaço para melhorias, pois é possível encontrar gêneros que aparecem apenas como meio para trabalhar acentuação, ortografia, classes de palavras, análise sintática, dentre outros conteúdos gramaticais. Como exemplo, temos as atividades propostas nas páginas 219, 221, 245, 246 do Volume 1; nas páginas 22, 24, 52,53,55, 104, 105 do Volume 2 e nas páginas 35, 38, 80, 85, 189, 190, 216 do Volume 3.

Diante dessas ocorrências nos remetemos a Oliveira (2010) quando ressalta que:

Os livros didáticos adquiriram uma presença inevitável e quase inquestionável no ambiente escolar. Infelizmente, há livros didáticos de qualidade duvidosa. O professor não pode deixar de analisar criticamente as atividades ali propostas, antes de decidir usá-las com seus alunos. Para proceder à análise, ele precisa de alguns critérios nos quais se basear para decidir se usará a atividade exatamente da forma proposta pelo livro didático, se precisará modificá-la ou se irá descartá-la.

Desse modo, salientamos que em relação às atividades propostas no livro didático, o professor precisa ter autonomia para analisá-las e decidir se deve usá-las como são apresentadas, se precisará modificá-las ou se irá descartá-las.

Conclusão

Frente às observações supracitadas, fizemos uma análise conclusiva sobre a coleção escolhida. Consideramos como positivos os seguintes aspectos: (a) a obra apresenta uma diversidade de gêneros textuais, tanto verbais quanto não verbais; (b) traz atividades de leitura, escrita, oralidade e análise linguística; (c) faz uma análise satisfatória dos gêneros textuais no tópico **Produção de texto**.

No entanto, percebemos que há margem para melhorias nos seguintes aspectos: (a) a distinção entre os conceitos de gêneros textuais e tipos textuais não é abordada; (b) os textos são mais trabalhados na perspectiva dos gêneros no tópico referente à produção de texto; (c) as atividades relacionadas à produção textual priorizam a escrita em detrimento da oralidade; (d) faz uso de alguns gêneros apenas para explorar elementos gramaticais.

Consideramos, porém, que mesmo esses aspectos passíveis de melhorias poderão se transformar em significativos momentos de reflexão e discussão junto aos alunos. Até porque, por mais que um livro didático seja eficiente, com certeza, surgirão atividades que não estarão condizentes com um determinado contexto educacional, pois, nesse campo, não existe uma homogeneidade.

Desse modo, é importante que o professor se atente para a possibilidade de redimensionar as atividades propostas no livro didático, tornando o trabalho com os gêneros textuais um momento propício para o desenvolvimento dos alunos no que se refere à criatividade, às habilidades de ler e produzir textos com segurança, contribuindo para a ampliação da sua competência comunicativa.

Referências

BAKHTIN, M. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, [1953] 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais - Ensino Médio (PCNEM)*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC; SEMTEC, 2000.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. *Português: linguagens*. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2010, v. 1, 2 e 3.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia P. *Retextualização de gêneros escritos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. Compreensão de texto: algumas reflexões. In: DIONÍSIO, A. P., BEZERRA, M. A. (Org.). *O livro didático de Português: múltiplos olhares*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003, p. 48-61.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática*. São Paulo: Parábola, 2010.

RODRIGUES, Rosângela H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In.: MEURER, J. L., BONINI, A., MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.

ROJO, R. H. R. Gêneros de discurso/texto como objeto de ensino de línguas: um retorno ao trivium? In.: SIGNORINI, Inês (Org.). *[Re]discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 73-108.

_____. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In.: MEURER, J.L., BONINI, A. e MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 184-207.

SOARES, Magda Becker. Um olhar sobre o livro didático. *Presença Pedagógica*, v. 2, nº 12 nov/dez. 1996.

ⁱ **Profª Mª. Sandra A. Lima Silveira Farias**

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Departamento de Educação – Campus XII
sandraafarias@hotmail.com

ⁱⁱ **Profª Mª. Solange Montalvão de Oliveira**

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Departamento de Educação – Campus XII
solmontegbi@gmail.com